

1984 REVISITADO*

Resumo

As narrativas distópicas ensinam a estabelecer diálogos entre mundos e tempos distantes e nem sempre tão diferentes. Isso talvez explique o estranho fascínio por esse gênero, que descreve as condições subumanas de existência; o embrutecimento das pessoas; as formas de opressão do governo, apoiado por polícias que controlam ações, dizeres e pensamentos. A imposição de limites ideológicos e fronteiras espaciais são algumas das tópicos recorrentes. Neste ensaio, apresenta-se uma breve análise do romance 1984 em diálogo com parte da extensa fortuna crítica sobre a distopia de George Orwell, com vistas a reiterar a importância da obra e os modos como dialoga com outras narrativas afiliadas ao gênero.

Palavras-chave: Distopia, George Orwell, 1984.

* Agradeço ao editor Matheus Lock por ter autorizado a reprodução parcial do ensaio publicado na Revista Dystopia, vol. 6, em 2020.

ABSTRACT

1984 REVISITED

Dystopian narratives teach us how to establish dialogues between worlds and distant times, not always so different. This may explain the strange fascination for this genre, which describes the subhuman conditions of existence; the brutality of people; the forms of government oppression, supported by police officers who control actions, sayings and thoughts. The imposition of ideological and spatial boundaries are some of the recurring topicalities. This essay presents a brief analysis of 1984 novel in dialogue with part of the extensive critical fortune on the dystopia of George Orwell, in a way to reiterating the importance of this work and how it dialogues with other narratives affiliated to the genre.

Keywords: Dystopia, George Orwell, 1984.

RESUMEN

1984 REVISITADO

Las narrativas distópicas nos enseñan a establecer diálogos entre mundos y tiempos lejanos y no siempre tan diferentes. Esto puede explicar la extraña fascinación por este género, que describe las condiciones infrahumanas de la existencia; la brutalidad de las personas; las formas de opresión gubernamental, apoyadas por policías que controlan acciones, dichos y pensamientos. La imposición de límites ideológicos y espaciales son algunos de los tópicos recurrentes. Este ensayo presenta un breve análisis de la novela 1984 en diálogo con parte de la extensa fortuna crítica sobre la distopía de George Orwell, con el fin de reiterar la importancia de la obra y las formas en que dialoga con otras narrativas afiliadas al género.

Palabras clave: Distopía, George Orwell, 1984.

- Temos entre nós um membro da classe operária. Estou certo de que pode nos apresentar os fatos sob um ponto de vista diferente, que será interessante e original (Jack London).

Um Estado totalitário verdadeiramente eficiente seria aquele em que os chefes políticos de um Poder Executivo todo-poderoso e seu exército de administradores controlassem uma população de escravos que não tivessem de ser coagidos porque amariam sua servidão (Aldous Huxley).

MISE EN SCÈNE

Entre junho e agosto de 2018, o SESC Consolação recebeu uma peça baseada no romance *1984*, de George Orwell. O texto, adaptado por Robert Icke e Duncan Macmillan, foi traduzido e dirigido por Zé Henrique de Paula. Winston Smith foi interpretado por Rodrigo Caetano; O'Brien, por Carmo Dalla Vecchia; Julia, por Gabriela Fontana; a voz de Goldstein, por Rodrigo Lombardi. A versão teatral resultou impactante. Numerosos excertos do romance foram reproduzidos, a partir de vozes gravadas ou sob a forma de diálogos encenados, casados a sons de assustadoras sirenes e ruídos surdos, a embalar os atores e impressionar a plateia. Mais: havia o cenário minimalista, os jogos de luzes, os figurinos a evidenciar as posições sociais e funções específicas das personagens, na célebre trama urdida pelo romance.

No segundo bimestre de 1988, uma professora recomendou o romance *1984* aos alunos de duas turmas do primeiro “colegial”, do então chamado Ensino Médio. A maioria dentre nós leu a vigésima edição brasileira, traduzida por Wilson Welloso. Nas semanais finais do primeiro semestre, a docente reproduziu o filme homônimo lançado em 1984 – dirigido por Michael Radford e interpretado por John Hurt (Winston Smith), Suzanna Hamilton (Julia) e Richard Burton (O'Brien), sob a trilha sonora a cargo dos Eurythmics – seguido de debate com os alunos do “1o A” e do “1o B”. Wanda Antunes lecionou Filosofia no Colégio da Companhia de Maria durante um ano.

Teríamos lido o romance de Orwell, se ela não lecionasse por lá? Qual terá sido o impacto do romance nos alunos em geral? Na era do *Glam Rock*, do *Synthpop* e do *New Wave*, das revistas *MAD* e *Chiclete com Banana*, poucos dentre aqueles adolescentes tinham qualquer noção do que vinha a ser “Democracia” (e qual a importância de discuti-la); menos ainda sabiam traduzir os múltiplos significados da palavra “Política”. Certamente, nenhum deles poderia antecipar alguns dos eventos de alcance mundial que teriam lugar em 1989, dentre os quais, a realização do Consenso de Washington, a invenção da *Internet* (herdeira da *Arpanet*) e a Queda do Muro de Berlim.

“GUERRA É PAZ”

Na década de 1980, os donos do poder e os homens de negócio discutiam e moldavam os rumos do planeta, sob a égide do consumismo, da exploração do trabalho e da livre concorrência. Havia trinta anos que um punhado de países, autoproclamados Primeiro e Segundo Mundo, empreendiam guerras perenes em territórios transbordantes de petróleo, em troca de armas e supostas benesses políticas, sociais e econômicas – sob o lema da Paz, da Democracia, da Justiça e da Liberdade. A seu turno, apologistas do liberalismo econômico e pensadores da esquerda europeia e da *newleft* norte-americana digladiavam-se em torno do chamado Pós-Modernismo – conceito que, ao mesmo tempo, definia e não definia o estatuto das sociedades modernas, a transbordar economia e reorientar as noções de cultura, no Ocidente. Enquanto isso, no campo da crítica literária, Ítalo Calvino publicaria em 1991 um ensaio com que reafirmava a importância dos livros considerados “clássicos” como obras sujeitas à formação do jovem leitor e sua revisitação pelo adulto:

[...] as leituras da juventude podem ser pouco profícuas pela impaciência, distração, inexperiência das instruções para o uso, inexperiência da vida. Podem ser (talvez ao mesmo tempo) formativas no sentido de que dão uma forma às experiências futuras, fornecendo modelos, recipientes, termos de comparação,

esquemas de classificação, escalas de valores, paradigmas de beleza: todas, coisas que continuam a valer mesmo que nos recordemos pouco ou nada do livro lido na juventude. Relendo o livro na idade madura, acontece reencontrar aquelas constantes que já fazem parte de nossos mecanismos interiores e cuja origem havíamos esquecido (Calvino, 2007, p. 10).

Afora o caráter exemplar, o papel de determinadas obras na vida dos leitores é inquestionável. Isso se aplica à jornada de Odisseu, atribuída a Homero; à descida de Dante Alighieri ao inferno, na *Divina Comédia*; à jornada de Vasco da Gama, nos *Lusíadas*, de Luís de Camões; à concepção tresloucada, mas coerente, do cavaleiro da triste figura – personagem com que Miguel de Cervantes parodiou a tradição das novelas de cavalaria no início do século XVII; aos romances epistolares de Jean-Jacques Rousseau (*A Nova Heloísa*) e Chordelos de Laclos (*As Ligações Perigosas*), que circularam durante a segunda metade dos Setecentos; aos sensíveis dramas sociais representados por Stendhal, em *O Vermelho e o Negro*, no século XIX; ao conflito entre a humanidade e a inteligência artificial, sugerida em *2001: uma odisseia no espaço...*

Hoje, quando lemos alguns *best-sellers*, direcionados ao consumidor infante-juvenil sob o rótulo de “distopias”, a sensação de *dejà vu* pode ser inevitável. Não haveria nenhum demérito ou problema nisso, especialmente se levássemos em conta a qualidade das obras precedentes que podem ter servido como modelo – *O Tão de Ferro*, de Jack London (1907); *Nós*, de Zamiátin (1924); *Admirável Mundo Novo*, de Aldous Huxley (1932); *A Peste*, de Albert Camus (1947); *1984*, de George Orwell (1949), *Fahrenheit 451*, de Ray Bradbury (1953) etc. Porém, a questão se torna mais delicada e complexa, quando leitores nascidos num mundo supostamente pós-ideológico e pós-utópico rebaixam as distopias umas em relação às outras, sem levar em conta o contexto, as circunstâncias e os objetivos com que foram produzidas. Nesse sentido, a eventual discussão sobre eventuais aspectos que permitiriam atribuir maior ou menor qualidade (e relevância) às distopias que

se publicam hoje – comparativamente ao que se fazia setenta, oitenta, noventa anos atrás –, precisa ser conduzida com menor impressionismo e maior seriedade.

Em primeiro lugar, não se pode desprezar o fato de que os romances distópicos, escritos entre as décadas de 1920 e 1950, foram inventados por escritores e escritoras conscientes dos limites e tensões do tempo em que viviam. Eles não estavam “à frente de seu tempo”, como pretendem alguns; pelo contrário, é justamente por pertencerem a determinado momento e lugar que precisam ser reconhecidos. Não estamos a lidar com profetas, mas com artífices inventivos que captavam sinais vigentes em seu tempo e espaço. O segundo aspecto a observar é que as distopias de ontem e de hoje revelam diversos pontos de vista. Há que se levar em conta que nem todas as ressalvas feitas aos sistemas totalitários, entre as décadas de 1930 ou 1940, seriam aplicáveis do mesmo modo ao mundo de 1990 para cá. Os totalitarismos continuam, mas sob novas roupagens, discursos e tecnologias. Por exemplo, *Metrópolis* – romance da alemã Thea von Harbou, publicado em 1925 – poderia ser considerada uma distopia futurista que reunia severas críticas à automação dos homens e ao império das máquinas: “Freder levantou-se e empurrou a porta dupla. A oficina surgiu diante dele, em brilho ofuscante. Ele estreitou os olhos, parado, mal conseguindo respirar” (Harbou, 2019, pp. 21-22). No entanto, ao lançar a versão fílmica do roteiro homônimo em 1927, Fritz Lang talvez não imaginasse que sua esposa, romancista e atriz Thea se filiaria ao partido nazista treze anos depois.

Quando a escritora russa Ayn Rand redigiu *Cântico* em 1937, o livro se revelou uma crítica severa ao totalitarismo imposto por Stálin, na antiga União Soviética: “Nosso nome é Igualdade 7-2521, tal como está escrito em nosso bracelete de ferro, que todos os homens carregam em seu pulso esquerdo com seu nome gravado” (Rand, 2015, p. 38). Algo similar se passa em *Kallocaína*, da sueca Karin Boye, publicado em 1940: “O comportamento de Rissen, por outro lado, surpreendera-me. Ele se dirigira até o n.º 135, pousando a mão em seu ombro” (Boye, 2019, p. 57) Tanto *Cântico* quanto *Kallo-*

caína tematizavam sistemas tirânicos que coisificavam os seres humanos, subordinando-os às discutíveis leis e regras de um Estado super poderoso e autocrático.

A ideologia de que “o trabalho liberta”, combinada à despersonalização dos indivíduos que se locomovem feito autômatos em mundos planejados, é um dos ingredientes mais importantes do romance *Nós*, escrito na década de 1920: “Eu sou D-503, o construtor da ‘Integral’, apenas mais um dos matemáticos do Estado Único. Minha pena, habituada às cifras, não tem o poder de criar músicas com assonâncias e rimas” (Zamiátin, 2017, p. 17). Do ponto de vista literário, estamos diante de um protagonista do avesso. O narrador D-503 é um cidadão com entusiasmo geométrico, que louva o cálculo e parece se orgulhar do grandioso projeto com que colabora (a construção da “Integral”). Obcecado pelo racionalismo que refreia os seus desejos, na vida pessoal, oscila entre a subserviência de O-90 e os mistérios da altiva I-330.

Essas referências poderiam inflamar adeptos e suscitar discussões de utilidade questionável, tanto para o leitor quanto para o estudioso de distopias. Por exemplo: 1. Em que medida o romance de Jack London, publicado em 1907, terá sido lido mundo afora, inspirando os enredos e cenários criados por Zamiátin, Harbou, Huxley, Rand, Boye, Orwell e Bradbury? 2. Aceitando-se que autoras e autores de diferentes épocas conheciam as narrativas uns dos outros, haveria problema em afirmar que eles emulavam autores que consideravam “clássicos” do gênero distópico?

OUTRAS VOZES

Este breve ensaio se soma aos numerosos registros que lembram os setenta anos da morte de Eric Arthur Blair (1903-1950). À medida que a efeméride se aproximava, foram emitidos lembretes sobre a relevância do último romance assinado pelo pseudônimo. Se 2018 estava intimamente ligado a 1948 – ano em que o escritor concluiu a redação de *1984* –, 2019 se relacionava a 1949 – ano em que saiu a primeira edição inglesa da distopia. Não há pretensão de submeter teses inovadoras sobre

1984: há incontáveis biografias sobre o escritor e estudos de fôlego sobre sua obra, com que este comentário não ombréia. Será útil recordar algumas leituras do romance.

Em 1948, o editor de *Animal Farm* e *1984*, Fredric Warburg (1975, p. 247), declarou o seguinte sobre os originais do romance: “Orwell deve reconhecer o débito com *O Tão de Ferro*, de Jack London, mas em verossimilhança e terror ele ultrapassa consideravelmente aquele autor”. No ano seguinte, logo após o romance ser publicado, Harold Nicolson (1975, p. 258) defendia que “O leitor de *Mil novecentos e oitenta e quatro* não era capaz de se entregar a tamanha suspensão da crença”. Duas semanas depois, Diana Trilling (1975, p. 260) foi precisa ao propor que “A economia do Estado era sempre uma economia de guerra”. Um mês depois, Philip Rahv (1975, p. 267) afirmou, categoricamente, que *1984* era “de longe, o melhor dentre os livros de Orwell”. No mesmo ano, Golo Mann (2019, p. 391) supôs que “Para sua descrição ficcional do futuro, Orwell recorreu sobremodo à Rússia atual, mais do que a qualquer outro país”. Doze anos depois, Erich Fromm (2018, p. 370) acreditava que:

[...] os exemplos de Zamiátin e Orwell lembram mais as ditaduras nazista e stalinista, enquanto o *Admirável Mundo Novo* de Huxley é um retrato do progresso do mundo ocidental industrial, posto que ele acompanha a tendência do presente sem mudar sua essência.

Uma das análises mais agudas sobre o romance orwelliano partiu de Aldous Huxley. Em *Brave New World Revisited*, publicado em 1959, ele salientava que: “[...] a futura ditadura do” seu “mundo fictício era, em grande parte, menos brutal do que a futura ditadura tão brilhantemente descrita por Orwell” (Huxley, 2000, p. 17). Para ele, uma das diferenças fundamentais entre os romances é que “Em 1984 o desejo de poder é satisfeito infligindo-se o sofrimento; no *Admirável Mundo Novo*, infligindo um prazer pouco menos humilhante” (Idem, ibidem, p. 51).

Quatro anos depois, Irving Howe (2019, p. 395) argumentava: “Não é fácil imaginar que muita gente torne a reler *1984* espontaneamente: não há razão[,] nem necessidade, pois ninguém o esquece”. Doze anos depois, Jeffrey Meyers (1975, p. 144) relativizava a hipótese de que “*1984* fosse uma ‘visão em pesadelo’ do futuro”, como propusera Howe. Para o primeiro, o romance era “um retrato muito concreto e naturalista do presente e do passado, e sua grande originalidade resultava mais da síntese realista e do rearranjo de materiais familiares que de uma profecia ou imaginação especulativa”.

Em livro publicado no mesmo ano, Christopher Small (1975, p. 14) supunha ser possível perceber “a obra de George Orwell como a expressão de uma fantasia individual e encontrar, no seu último e mais famoso livro, uma síntese das emoções e obsessões pessoais que poderiam ser trilhadas em seus primeiros escritos, assim como em sua vida”. No ano seguinte, Jenni Calder (1976, p. 9) propôs uma aproximação entre *Admirável Mundo Novo* e *1984*. A seu ver: “Era óbvio que Orwell utilizava diretamente seu conhecimento sobre os métodos da Alemanha nazista. Mas ele também estava ciente de que a propaganda utilizada durante a guerra, na Inglaterra, não se diferenciava essencialmente, quanto ao método, da propaganda nazista”. Quatro anos depois, o biógrafo Bernard Crick se contrapunha àqueles que enxergavam no enredo a representação fantasiosa de traumas de infância do homem Eric Arthur Blair:

Quando o romance foi escrito? Não está claro. Esse ponto é importante para aqueles que, como Anthony West, quiseram ver *Mil novecentos e oitenta e quatro* como uma fantasia sadomasoquista originada a partir de um trauma de infância na escola de *St Cyprian*, e não como um trabalho racional de reflexão política (Crick, 1980, p. 365).

Em 1984, Raymond Williams salientou o papel, um tanto esquecido, de James Burnham, na fundamentação do romance orwelliano:

Em meados e no final dos anos 1940, era bastante difundida a ideia de que haveria uma guerra nuclear nos anos 1950. Era vista como praticamente inevitável – uma vez que mais de um Estado dispunha de bombas atômicas – por diversos escritores, especialmente por James Burnham, que foi tema de dois ensaios importantes de [para] Orwell nos anos em que escrevia *Mil novecentos e oitenta e quatro* (Williams, 2019, p. 420).

No mesmo ano, Ricardo Bonalume Neto reiterou a observação de Williams, sugerindo que:

As obras que influenciaram *1984* mais fortemente foram a utopia *Nós*, do escritor russo Ievguêni Zamiátin, e *The Managerial Revolution* de James Burnham. Isaac Deutscher chegou mesmo a dizer que *1984* era simplesmente a versão inglesa de *Nós*, uma verdadeira acusação de plágio, mas que não se sustenta se compararmos bem os dois livros (Bonalume Neto, 1984, p. 82).

Uma das raras ressalvas sobre a “atualidade” do romance foi publicada em 1989 – ano-chave para um mundo que passou a relativizar o papel da história e a priorizar a importância do capital, em detrimento do bem-estar-social. Naquele momento, Ben Pimlott considerou ser:

[...] impossível pensar no romance da mesma maneira hoje. É uma marca da extraordinária influência do autor que, à medida que o *1984* histórico se aproximava a data do calendário fosse discutida em todo o mundo quase com apreensão, como se fosse uma espécie de Milênio. Mas isso agora é passado e alguns podem se perguntar se o prazo de validade do romance já se esgotou (Pimlott, 2018, p. 382).

No ensaio *Why George Orwell Matters*, Christopher Hitchens descreveu o romance como uma “novela que criou medo físico e mental nas primeiras pessoas que o leram”. Para ele, Orwell teria “transbordado tudo que

havia apreendido, acumulando agonia sobre a miséria e a derrota e sintetizando muito do que estudou sobre literatura, assim como condensou e concentrou a sua experiência como jornalista” (Hitchens, 2002, p. 188). Na “Introdução” à edição do romance de 2003, Thomas Pynchon (2019, p. 439) lembrava que:

Embora *1984* tenha fornecido apoio e encorajamento a gerações de ideólogos anticomunistas detentores de reações pavlovianas próprias, a política de Orwell não apenas era de esquerda, mas à esquerda da esquerda. Ele fora à Espanha em 1937 para lutar contra Franco e seus fascistas simpáticos ao nazismo, e lá aprendeu rapidamente a diferença entre o antifascismo real e o falso (...) Orwell via a si mesmo como um membro da “esquerda dissidente”, distinta da “esquerda oficial”, que significava basicamente o Partido Trabalhista Britânico.

Dois anos depois, Homi Bhabha (2019, p. 461) sustentava que:

[...] o projeto de reformar o uso da língua demonstrando incessante e reiteradamente as estruturas dúplices e redutoras do duplipensamento e da Novafala não deixa de criar uma espécie de paranoia no escritor, não na pessoa, enquanto elabora para si uma persona na narrativa.

Em 2007, o já citado Bernard Crick (2019, pp. 501-502) advertia os leitores apressados para o fato de que:

[...] o livro não representa a renúncia de Orwell ao socialismo democrático, como supuseram tantos resenhistas americanos, pois ele continuou a escrever para o *Tribune* e para jornais americanos de esquerda até a fase terminal da doença, durante o período de composição de *Mil novecentos e oitenta e quatro*.

Sete anos depois, Evanir Pavloski (2014, p. 22) observou que:

O profundo silêncio a que todas as personagens do texto são arbitrariamente submetidas pode esclarecer a preferência de Orwell por esse tipo de foco narrativo [em terceira pessoa], uma vez que a enunciação do próprio pensamento constitui um ato criminoso passível de duras punições (...) Por meio dessa articulação narrativa, ao mesmo subjetiva e impessoal, o autor cria, desde o início da obra, um clima de cumplicidade entre o narrador e o leitor.

Em 2019, George Packer salientou a permanência e atualidade da obra, supondo que “Nenhum romance do século XX teve maior influência do que *1984*”. Contrapondo-se a Ben Pimlott, registrado trinta anos antes, o ensaísta recordava-se de que, quando aluno, “O romance de Orwell era apresentado junto com *Admirável Mundo Novo* de Aldous Huxley, cuja distopia hedonista e farmacêutica parecia mais cabível para um adolescente da Califórnia nos anos 1970 do que o desolado sadismo da Oceania”. Sua conclusão sobre os rumos da sociedade de consumo autovigiada é mais que pertinente:

[...] passamos os dias sob a vigilância ininterrupta de uma tela que compramos na Apple Store, que carregamos por toda parte e para [a] qual contamos tudo, sem qualquer coerção imposta pelo Estado. O Ministério da Verdade é o Facebook, o Google e os canais de telejornais. Encontramos o Grande Irmão e ele somos nós [...] (Packer, 2019, pp. 525, 528 e 529).

Esse breve panorama diz pouco em relação ao muito que se descobriu sobre o romance. Contudo, permite detectar alguns pressupostos apontados pelos biógrafos e estudiosos da obra.

TÓPICAS

Seria oportuno recordar alguns elementos presentes em *1984* que parecem ter estabelecido um novo patamar

para o gênero distópico. O primeiro ponto a observar é que, a partir dos anos de 1950, o avanço do liberalismo econômico não impediu (antes favoreceu) que as liberdades individuais regredissem em nome da suposta modernização das relações humanas. O discurso que recomendava a austeridade econômica, ainda mais fortalecido na década de 1980, sob as mãos de Ronald Reagan e Margaret Thatcher, passou a subordinar esses e outros líderes à “personalidade” instável do mercado. Reinventada em acordo com ambiciosa ótica dos conglomerados, criou-se a panaceia do lucro: o êxito pessoal, medido no saldo bancário, nos investimentos, nos bens e propriedades, transferiu os desastres e as crises cíclicas para as pessoas que já penavam para ser (ou se mostrar) bem-sucedidas.

Um das preocupações do mundo corporativo reside em amenizar, nas palavras, os efeitos colaterais da crescente concentração de renda. Tanto nos romances quanto no léxico de incertos governantes e economistas, escutamos falar em “uniformidade” de credo, “limpeza” étnica, redução das liberdades e “socialização” das perdas. O vocabulário da crise perene conta com um importante aliado: o discurso da violência, que renova a sensação geral de insegurança. Sob esse aspecto, importa que os cidadãos de papel, assim como os cidadãos armados de *fakenews*, acreditem que o “pequeno sacrifício pessoal” resolverá a crise econômica nacional.

Na falta de justificativas razoáveis para o estrangulamento da economia, resta o apelo à guerra. Sob esse aspecto, as distopias podem resultar em denúncias as mais eficazes. Escrito no período entreguerras, em *Nós*, a construção da Integral revela-se um gigantesco projeto concebido para guerrear. No romance de Orwell, o Partido do Grande Irmão veicula diariamente nas telas conflitos inexistentes entre a Oceania e a Eurásia (ou a Lestásia). É também a guerra que serve de pano de fundo de *Fahrenheit 451*. É o estado de guerra que pretende explicar a menor proporção de crianças no *Conto da Aia*, de Margaret Atwood (1985). É ainda a iminência da guerra que permite ao governo cancelar prisões arbitrárias, promover sessões de tortura e prati-

car o extermínio de sujeitos considerados indesejáveis, na *Nova Ordem*, de Bernardo Kucinski (2019).

Por falar em conflitos civis, uma das cenas mais perturbadoras de *1984* acontece no segundo capítulo. Winston Smith atende a um pedido de manutenção no apartamento vizinho. Eis que, logo após desentupir a pia da cozinha, que “estava cheia até quase em cima numa água esverdeada, imunda, que fedia a repolho mais que nunca” (Orwell, 1986, p. 24), ele é surpreendido pela feroz brincadeira do filho da Sra. Parsons:

– Mãos ao ar! – urrou uma voz selvagem.

Um menino bonito, de uns nove anos e cara de brigão, surgira por trás da mesa e o ameaçava com uma pistola automática de brinquedo, imitado por sua irmãzinha, de sete, e que empunhava um pedaço de madeira. Ambos vestiam cações azuis, camisas cinzentas e o lenço vermelho que compunham o uniforme dos Espiões. (...)

- És um traidor! – berrou o menino. – É um ideocriminoso! És um espião eurasiático. Eu te mato, te vaporizo, te mando para as minas de sal! (...)

Com aquelas horrendas crianças, pensou, essa pobre mulher deve levar uma vida de terror. Dali a um ano, ou dois, começarão a observá-la dia e noite, à cata dos sintomas de heterodoxia. Quase todas as crianças eram horríveis (Orwell, 1986, pp. 25 e 27).

O episódio poderia ser considerado uma das chaves de leitura do romance. No primeiro capítulo, havíamos descoberto três ou quatro coisas: (1) que o protagonista vivia em construções precárias, (2) sem certeza das características e ações dos homens, antes do ano de 1984, e (3) que ele e seus concidadãos eram programaticamente submetidos aos Dois Minutos de Ódio contra a imagem de (4) Goldstein, suposto traidor do Grande Irmão. O fato de haver espiões mirins e violentos, morando a alguns passos de Winston Smith, desperta outro sinal de alerta no leitor. Se nem a Sra. Parsons estava a salvo dos filhos “denunciadores”, ima-

gine-se o grau de terror a que os seus vizinhos e, por extensão a sociedade, estavam submetidos. A violência física se soma à memória imprecisa dos eventos. O excerto seguinte descreve o cubículo ocupado por Winston Smith, diligente funcionário do *Miniver* responsável por incinerar ou adulterar notícias:

Por um motivo qualquer, haviam sido apelidados de buracos da memória. Quando se sabia que algum documento devia ser destruído, ou mesmo quando se via um pedaço de papel usado largado no chão, era gesto instintivo, automático, levantar a tampa do mais próximo buraco da memória e jogar o papel dentro dele para que fosse sugado pela corrente de ar morno, até as caldeiras enormes, ocultas nalgumas parte, nas entranhas do prédio (Orwell, 1986, p. 39).

Os “buracos da memória” anunciam que em 1984 não há passado; só um presente sem parâmetro e a anulação das expectativas, graças a um futuro repetitivo. À proporção que avançamos no romance, compreendemos por que um diário como o de Winston Smith seria rigorosamente punido pelo Partido: ele poderia constituir uma fonte de memória e verdade, ainda que restritas ao domínio particular. Não se pode contradizer as inverdades institucionais, que enaltecem as conquistas do Partido e “justificam” a falta de liberdade, o terror e a precariedade do “povo”:

Dia e noite as teletelas feriam os ouvidos com estatísticas provando que hoje o povo tinha mais alimento, mais roupa, melhores casas, melhor divertimento – que vivia mais, trabalhava menos, era mais alto, mais saudável, mais forte, mais feliz, mais inteligente, mais bem educado, do que o povo de cinquenta anos atrás (Orwell, 1986, p. 73).

A violência encenada pelas crianças faz ainda mais sentido quando nos apercebemos de que o Partido recriminava o diálogo entre cidadãos de classes sociais diferentes: “Como de praxe, não havia regulamento

contra a conversa com os proles nem a frequência de seus bares, mas era ato muito fora do comum para passar despercebido” (Orwell, 1986, p. 85). A pobreza material; a ausência de liberdade; a cultura inexistente; a impossibilidade de determinar fatos e precisar verdades; a limitação comunicacional... tudo parece submetido à lógica opressora e uniformizante do Partido, quase materializado nos cartazes com a figura imponente e onipresente do Grande Irmão.

De um lado, a idealização do líder das massas; do outro, a violenta despersonalização dos indivíduos: “– Smith! – gritou da teletela a voz da megera. – 6079 Smith W! Tu, tu mesmo! Inclina-te mais, por favor. Podes fazer mais que isso. Não, não estás te esforçando” (Orwell, 1986, p. 37). Se a guerra era uma violência administrada, fingida e relatada a distância, a vigilância total funcionava como uma lupa de aumento posicionada sobre os sujeitos. Ainda assim, alguns deles ousam se levantar. Winston Smith contraria D-503, mas reedita Bernard Marx. É sugestivo que o parágrafo inicial de 1984 se assemelhe a este excerto de *Admirável Mundo Novo*: “Com os olhos quase sempre baixos, e desviando-os imediata e furtivamente quando, por acaso, os pousava em algum de seus semelhantes, Bernard atravessou o terraço às pressas” (Huxley, 2017, p. 87).

Na falta de uma substância apaziguante como o “soma”³, fartamente consumida em *Admirável Mundo Novo*, em 1984 o antídoto mais efetivo contra o poder de morte reside no afeto. Os encontros furtivos entre Winston e Julia também evocam a relação entre D-503 e I-330, figurada em *Nós*; entretanto, assumem contorno mais dramático no romance de Orwell, já que contrariam as estritas regras do Partido: “De repente o coração pareceu-lhe gelar no peito, e as tripas derreterem. Uma pessoa de macacão azul vinha na direção oposta, a menos de dez metros. Era a morena do Departamento de Ficção” (Orwell, 1986, p. 96).

As contingências externas e internas retroalimentam as correias de transmissão de um mundo submetido aos ditames do Partido. As crianças espíãs simulam castigos físicos, mesmo nos vizinhos que prestassem favores

a seus pais. A Polícia do Pensamento vigia o que vai na mente, favorecida pela desinformação e pelo controle ininterrupto da teletela: “O pior de todos os perigos era falar dormindo. Não havia meio de se proteger contra aquilo.” (Orwell, 1986, p. 64). Igualmente perturbador é que o enforcamento fosse celebrado como lazer, de potencial catártico, pelos sujeitos oprimidos e opressores: “- Foi um bom enforcamento – prosseguiu Syme, recordando. – Mas creio que estragam o espetáculo quando amarram os pés do cara. Gosto de vê-los esperneando. Mas acima de tudo, no fim, a língua saltando da boca, azulzinha – azul brilhante. É o detalhe que mais me interessa” (Orwell, 2016, p. 50).

Como se disse, uma das poucas constantes daquela sociedade severamente regida pelo Partido, é que a Oceania estava sempre em guerra. Decorre daí a premissa de que era necessário aos cidadãos economizar o tempo todo: tratava-se de um pequeno sacrifício em defesa do território. “Naquele momento, por exemplo, em 1984 (se é que era 1984), a Oceania estava em guerra com a Eurásia e era aliada da Lestásia. Em nenhuma manifestação pública ou particular se admitia que as três potências se tivessem agrupado diferentemente” (Orwell, 1986, p. 35). Um leitor que se aventure pelas distopias, será capaz de notar as correspondências e lugares-comuns que as irmanam. Na maior parte delas, os edifícios são imponentes e podem lembrar às criaturas de papel a sua relativa significância para o Estado, o Partido ou a instituição em que atuam.

Tais narrativas costumam ser pautadas por variadas formas de opressão exercidas sobre as personagens, supondo causas maiores e abstratas. Por outro lado, também é possível que os romances do gênero despertem a empatia do leitor, sensibilizado com os dramas ali representados. Eventualmente, seria um sintoma de que a solidariedade saiu de moda; mas também de talvez seja possível reaproximar os seres que desconfiam de rótulos que presidem discursos vazios e abstratos em nome da pátria, do bem, da retidão, da economia, da moral e da ordem, segundo o interesse de bem poucos. É bem verdade que, num país de negacionistas, forrado por pessoas empenhadas em apagar a memória,

questionar a ciência e impedir o acesso da população à saúde, à educação e à moradia digna, essa discussão possa soar um tanto superficial. Por outro lado, um professor não pode se furtar a rascunhar algumas notas sobre um romance que mereceria ser lido com redobrada atenção por seus concidadãos. Será o caso de recorrer novamente a Aldous Huxley (2000, p. 62), para defender a dignidade que resta: “Tudo o que está ao nosso alcance é sermos tão verdadeiros e racionais quanto as circunstâncias o permitam, e reagirmos como pudermos à limitada verdade e aos raciocínios imperfeitos, oferecidos à nossa consideração por outros”. No Brasil terraplanista e genocida do pós-golpe, não será pouco.

NOTAS

- 1 O Tacão de Ferro, 2011, p. 21
- 2 “Prefácio” a Admirável Mundo Novo, 2017, p. 14.
- 3 “- Lúgubre, Marx, lúgubre. – A palmada no ombro sobressaltou-o, fez com que erguesse os olhos. Era Henry Foster, aquele animal. – Você precisa de um grama de soma” (Huxley, 2017, p. 76).

REFERÊNCIAS

- BHABHA, Homi K. “O *duplifalar* e a minoria de um”. In: ORWELL, George. 1984. 2ª reimp. Trad. Alexandre Hubner; Heloisa Jahn. São Paulo: Companhia das Letras, 2020, pp. 456-468.
- BONALUME NETO, Ricardo. *George Orwell: a busca da decência*. São Paulo: Brasiliense, 1984.
- BOYE, Karin. *Kallocaláina*. Trad. Fernanda Sarmatz Akesson. São Paulo: Carambaia, 2019.
- CALDER, Jenni. *Huxley and Orwell: Brave New World and Nineteen Eighty-Four*. London: Edward Arnold (Publishers), 1976.
- CALVINO, Ítalo. *Por que Ler os Clássicos*. 2ª ed. 4ª reimp. Trad. Nilson Moulin. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.
- CRICK, Bernard. *George Orwell: a life*. Boston: Atlantic Little, Brown, 1980.
- _____. “Mil novecentos e oitenta e quatro: contexto e controvérsia”. In: ORWELL, George. 1984. 2ª reimp. Trad. Alexandre Hubner; Heloisa Jahn. São Paulo: Companhia das Letras, 2020, pp. 500-522.
- FROMM, Erich. “Posfácio”. In: ORWELL, George. 1984. 37ª reimp. Trad. Alexandre Hubner; Heloisa Jahn. São Paulo: Companhia das Letras, 2018, pp. 365-379.

- HARBOU, Thea von. *Metrópolis*. Trad. Petê Rissatti. São Paulo: Alpeh, 2019.
- HITCHENS, Christopher. *Why Orwell Matters*. New York: Basic Books, 2002.
- HOWE, Irving. “1984: A história como pesadelo”. In: ORWELL, George. *1984*. 2ª reimp. Trad. Alexandre Hubner; Heloisa Jahn. São Paulo: Companhia das Letras, 2020, pp. 394-412.
- HUXLEY, Aldous. *Admirável Mundo Novo*. Trad. Lino Vallandro; Vidal Serrano. 22ª ed. 16ª reimp. Trad. Lino Vallandro; Vidal Serrano. São Paulo: Globo, 2017.
- _____. *Retorno ao Admirável Mundo Novo*. Trad. Eduardo Nunes Fonseca. Belo Horizonte: Itatiaia, 2000.
- LONDON, Jack. *O Tão de Ferro*. 1ª reimp. Trad. Afonso Teixeira Filho. São Paulo: Boitempo, 2011.
- MANN, Golo. “1984”. In: ORWELL, George. *1984*. 2ª reimp. Trad. Alexandre Hubner; Heloisa Jahn. São Paulo: Companhia das Letras, 2020, pp. 386-392.
- MEYERS, Jeffrey. *A Reader’s Guide to George Orwell*. Totowa: Littlefield, Adams and Company, 1975.
- NICOLSON, Harold. [“Review”]. In: ORWELL, George. *Critical Heritage*. 2ª ed. London: Routledge, 1997, pp. 257-258.
- ORWELL, George. *1984*. 20ª ed. Trad. Wilson Velloso. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1986.
- _____. *Critical Heritage*. 2ª ed. London: Routledge, 1997 [Ed. Jeffrey Meyers].
- PACKER, George. “O duplismo é mais forte do que Orwell imaginava: O que 1984 significa atualmente”. In: ORWELL, George. *1984*. 2ª reimp. Trad. Alexandre Hubner; Heloisa Jahn. São Paulo: Companhia das Letras, 2020, pp. 524-532.
- PAVLOSKI, Evanir. *1984: a Distopia do Indivíduo sob Controle*. Ponta Grossa: Editora UEPG, 2014.
- PIMLOTT, Ben. “Posfácio”. In: ORWELL, George. *1984*. 37ª reimp. Trad. Alexandre Hubner; Heloisa Jahn. São Paulo: Companhia das Letras, 2018, pp. 381-394.
- PYNCHON, Thomas. “Rumo a 1984”. In: ORWELL, George. *1984*. 2ª reimp. Trad. Alexandre Hubner; Heloisa Jahn. São Paulo: Companhia das Letras, 2020, pp. 436-454.
- RAHV, Philip. [“Review”]. In: ORWELL, George. *Critical Heritage*. 2ª ed. London: Routledge, 1997, pp. 267-273.
- RAND, Ayn. *Cântico*. Trad. André Assi Barreto. Campinas: Vide Editorial, 2015.
- SMALL, Christopher. *The Road to Minuluv. George Orwell, the State, and God*. London: Victor Gollancz, 1975.
- SYMONS, Julian. [“Review”]. In: ORWELL, George. *Critical Heritage*. 2ª ed. London: Routledge, 1997, pp. 251-256.
- TRILLING, Diana. [“Review”]. In: ORWELL, George. *Critical Heritage*. 2ª ed. London: Routledge, 1997, pp. 259-261.
- WARBURG, Fredric. “Publisher’s Report”. In: ORWELL, George. *Critical Heritage*. 2ª ed. London: Routledge, 1997, pp. 247-250.
- WILLIAMS, Raymond. “Mil novecentos e oitenta e quatro em 1984: Como o romance nos ajuda a entender o ano?”. In: ORWELL, George. *1984*. 2ª reimp. Trad. Alexandre Hubner; Heloisa Jahn. São Paulo: Companhia das Letras, 2020, pp. 414-435.
- ZAMIÁTIN, Ievguêni. *Nós*. Trad. Gabriela Soares. São Paulo: Aleph, 2017.

O AUTOR

Jean Pierre Chauvin é Livre-Docente na Escola de Comunicações e Artes, USP, onde leciona a disciplina de graduação Romance Distópico.
 ORCID: 0000-0001-9514-109X.
 E-mail: tupiano@usp.br

